

RESUMO (ENCERRADO) - GT8 - GÊNERO, RAÇAS E IDENTIDADE

**DESIGUALDADE E SUCESSO ELEITORAL DE MULHERES NEGRAS NAS
DISPUTAS PROPORCIONAIS DE 2016 E 2020**

Diana De Azeredo (azeredo_diana@yahoo.com.br)

Nome e filiação institucional da autora: Diana de Azeredo - UFRGS

A partir de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002; COLLINS; BILGE, 2021), o objetivo, com este trabalho, é demonstrar as diferenças nas chances de sucesso eleitoral considerando pessoas brancas e negras que se candidataram às vagas do Poder Legislativo nas eleições realizadas em 5.568 municípios brasileiros nos anos de 2016 e 2020. Os resultados foram obtidos por meio dos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tratados no R e submetidos à aplicação de testes de hipótese (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015). Eles confirmam que os candidatos brancos foram eleitos em maior proporção, quando comparados com homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Contudo, as chances de sucesso eleitoral desse grupo preponderantemente vitorioso diminuíram entre 2016 e 2020. Embora não em taxas significativas, o desempenho médio de homens negros e mulheres brancas aumentou, quando comparados os dois pleitos. Apenas a média de eleitas/candidatas negras permaneceu a mesma – e a mais baixa dos quatro grupos.

Os dados apresentados e discutidos nesta pesquisa aproximam-se de debates recentes acerca dos impactos das mudanças nas regras sobre financiamento

eleitoral (JUNCKES et. al., 2021; MANCUSO; CHAVES, 2021). Sabe-se que, embora, nas eleições de 2016 e 2020, o fator receita tenha influenciado menos a votação (se comparado com 2008 e 2012), ele ainda impacta fortemente nos resultados, beneficiando candidatas e candidatos com mais recursos financeiros. Nesse sentido, as mudanças legais que, vigorando nas eleições passadas, determinaram um repasse mínimo de verbas públicas para candidaturas de mulheres e negros, foram importantes, mas não suficientes para tornar a disputa menos desigual.

A reflexão aqui desenvolvida também está alicerçada no tradicional referencial teórico que aborda os limites da democracia liberal e pensa alternativas para diminuir as barreiras que afastam, há séculos, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos da política institucional (FRASER, 1998; PHILLIPS, 2001; KROOK; NORRIS, 2014). Assim como permanece relevante questionar a efetividade representativa de câmaras formadas majoritariamente por homens brancos (que não formam maioria na população), interessa avançar na compreensão acerca das medidas de redistribuição e reconhecimento que já foram propostas como alternativas para tratar esse dilema.

Além disso, no espaço possível para um artigo, os resultados são analisados à luz dos estudos que tratam da desigualdade no Brasil – país onde, paradoxalmente, mulheres negras são maioria na população, porém minoria entre profissionais com maior grau de escolaridade e ocupantes de cargos com maior remuneração (STEGMANN, 2018; FIRPO; FRANÇA; PORTELLA, 2021). Tais números remetem a apontamentos que começaram a ser feitos na década de 1980 por intelectuais brasileiras (GONZALEZ, 1984), foram atualizados quase vinte anos depois (CARNEIRO, 2003) e seguem relevantes para o entendimento de estereótipos que persistem na sociedade brasileira, provocando uma dupla desvantagem para mulheres negras.

Importa lembrar que, nesta análise, a delimitação empírica abrange as eleições proporcionais realizadas em 2016 e 2020. O primeiro ano em que as disputas municipais passaram a contar com informações sobre a raça de participantes (2016), num atraso superior a oito décadas (se considerado o ano de criação da Justiça Eleitoral), também serve de indicativo do desinteresse institucional a respeito da ausência, nos espaços de poder, de grupos majoritários na população. E embora esse tipo de mensuração seja, de certa forma, inédito nas pesquisas sobre desempenho eleitoral de mulheres negras, a literatura sobre interseccionalidade sustenta a suposição de que mulheres negras teriam, em comparação aos homens negros e às mulheres brancas, menos chances

de serem eleitas vereadoras no Brasil. Essa desigualdade ocorre devido à articulação de opressões de gênero e raça que se entrelaçam formando uma estrutura excludente específica, digna, portanto, de atenção.

Referências:

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, 2002.

FIRPO, S.; FRANÇA, M.; PORTELLA, A. Desigualdade social sob a ótica do Índice de Equilíbrio Racial. São Paulo: Insper, 2021. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/09/Desigualdade-Social-sob-a-o%CC%81tica-do-I%CC%81ndice-de-Equili%CC%81brio-Racial-jun-2021-.pdf> Acesso em: 16 out. 2021.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, participation. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung gGmbH, 1998.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1984.

JUNCKES, I. J. et. al. O financiamento eleitoral no Brasil: mudanças e persistências nas eleições para vereador entre 2008 e 2020. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45, 2021, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpocs, 2021.

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política. São Paulo: Blucher, 2015.

KROOK, M. L.; NORRIS, P. Beyond quotas: strategies to promote gender equality in elected office. *Political Studies*, v. 62, 2014.

MANCUSO, W. P.; CHAVES, B. M. Enfrentando problemas, calibrando soluções: a influência de marcadores sociais nas eleições municipais de 2020. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45, 2021, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpocs, 2021.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença?. *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan./jun. 2001.

STEGMANN, Philip Barbosa. A luta contra a desigualdade de renda entre gêneros e raças: estamos vencendo ou perdendo?. São Paulo: Insper, 2018.